

Um Estudo sobre as Formas de Preconceito contra Homossexuais na Perspectiva das Representações Sociais

Marcos Lacerda^{1, 2}

Universidade Federal da Paraíba

Cícero Pereira

Universidade Católica de Goiás

Leoncio Camino

Universidade Federal da Paraíba

Resumo

Este artigo analisa, na perspectiva das representações sociais, as formas como estudantes universitários expressam o preconceito contra homossexuais e a relação desse preconceito com as explicações da homossexualidade. Para tanto, aplicaram-se questionários a 220 alunos de uma universidade pública da cidade de João Pessoa. Os resultados permitiram classificar os estudantes em uma tipologia composta por três grupos de indivíduos: preconceituosos flagrantes, preconceituosos sutis e não preconceituosos. A análise da ancoragem social do tipo de preconceito apresentado pelos estudantes mostrou que os preconceituosos flagrantes se opuseram às explicações psicossociais (próprias das mulheres e dos estudantes de psicologia) e aderiram mais fortemente às explicações ético-morais e religiosas (próprias dos estudantes de engenharia). Os não preconceituosos estudam psicologia e aderem às explicações psicossociológicas. Já os preconceituosos sutis explicaram a homossexualidade a partir de causas biológicas e psicológicas, próprias dos estudantes de medicina e das mulheres.

Palavras-chave: Representações sociais; preconceito; homossexualidade.

A Study of Prejudice Forms against Homosexuals Anchored on Social Representations

Abstract

This paper analyses, in terms of social representations, the way university students express their prejudice against homosexuals and how this prejudice relates to explanations concerning homosexuality. Questionnaires were used with 220 students of a public university in João Pessoa city. The results led to a classification of the students into three different groups: flagrantly-prejudiced, subtly-prejudiced and non-prejudiced. The analysis of the social anchorage of the students' type of prejudice revealed that the flagrantly-prejudiced group opposed the psycho-social explanations (typical of women and psychology students), more strongly adhering to ethical-moral and religious explanations (characteristic of engineer students). The non-prejudiced were students of Psychology and adhered to psycho-sociological explanations, whereas the subtly-prejudiced explained homosexuality in terms of biological and psychological causes (explanations typical of medical students and women).

Keywords: Social representations; prejudice; homosexuality.

Nas últimas décadas, os países ocidentais desenvolveram normas que coíbem a discriminação explícita contra grupos minoritários (McConahay, Hardee & Batts, 1981; Wittenbrink, Judd & Park, 1997). Por exemplo, na maioria dos países o racismo é formalmente proibido e qualquer manifestação racista é desencorajada (Santos, 1999). Mesmo assim, observa-se um aumento na discriminação expresso na violência racial (Mummendey & Wenzel, 1999; Oliveira, Lima & Santos, 1999) e nos indicadores sócio-econômicos

das minorias raciais (Browser, 1995). Esta situação contraditória mostra o preconceito assumindo formas de expressão que não contrariam abertamente as normas anti-racistas atuais (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981; McConahay, 1983; Pettigrew & Meertens, 1995; Vala, Brito & Lopes, 1998, 1999).

Com relação às outras minorias sociais, particularmente as sexuais, os avanços na tolerância são menores. Frank e McEneaney (1999) constataram nos últimos 20 anos, entre 86 nações, uma tendência à descriminalização das relações entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, também verificaram uma grande variedade na forma como as relações homossexuais são tratadas. Enquanto em certos países a Constituição assegura um conjunto de direitos aos homossexuais, noutros as práticas homoeróticas são punidas

¹ Endereço para correspondência: Av. Gal. Edson Ramalho, 675, Apt. 401, Manaíra, 58038-100, João Pessoa, Paraíba. E-mail: bambam@netwaybbs.com.br.

² Os autores agradecem a Willem Doise (Universidade de Genebra) e a Marcus Eugênio Lima (Universidade de Lisboa) por seus valiosos comentários à versão inicial deste trabalho.

severamente. Neste sentido, embora a Constituição brasileira proclame a promoção do bem-estar de todos sem distinção de raça, sexo, idade e origem, talvez, no Brasil de hoje, como afirmam Almeida e Crillanovick (1999, p. 167), “não seja absurdo dizer que ser ou não ser homossexual ainda é uma questão bem mais aflitiva que ser ou não negro, deficiente físico, mulher”. Que fatores sustentam este preconceito na cultura brasileira? Este artigo, tentando responder a esta pergunta, analisa, na perspectiva das representações sociais, os fatores do preconceito contra homossexuais e sua relação com as explicações da homossexualidade.

A Natureza do Preconceito

Classicamente, o preconceito tem sido estudado como uma característica psicológica do indivíduo: uma frustração reprimida e deslocada para grupos mais fracos (Hovland & Sears, 1940); o desenvolvimento de um tipo de personalidade autoritária (Adorno, Frenkel-Brunswik, Levinson & Sanford, 1950); a pouca disposição à abertura mental (Rokeach, 1960); a falta de contatos com membros de grupos minoritários (Allport, 1954). Posteriormente, esta perspectiva individualizante foi retomada pelos teóricos da cognição social (Fiske & Taylor, 1991; Markus & Zajonc, 1985), os quais estudaram o preconceito como um erro no processamento das informações (Hamilton, 1979; Hewstone, 1990; Pettigrew, 1979; Ross, 1977; Schaller, 1991). Apesar das diferenças entre elas, todas estas teorias enfatizam a origem psicológica e individual do preconceito (Martínez, 1996).

Na perspectiva das relações intergrupais, Tajfel (1972) e Tajfel, Flament, Billig e Bundy (1971) explicaram o preconceito como o resultado da inserção do indivíduo numa categoria social. Para estes autores, a pertença a uma categoria social leva à atribuição de atributos positivos aos membros desse grupo e negativos aos do outro grupo (Abrams & Hogg, 1990; Hogg & Abrams, 1988; Tajfel, 1978). Este favoritismo endogrupal foi explicado pela Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1982) como sendo o resultado da motivação à manutenção de uma auto-estima positiva que é construída através de uma imagem favorável do endogrupo e uma desfavorável do outro grupo.

Na perspectiva societal, que coloca as relações intergrupais no contexto dos conflitos culturais e ideológicos de uma sociedade (Doise, 1982), a base motivacional proposta por Tajfel (1982) tem sido suplantada por explicações que põem em relevo as relações de poder entre os grupos (Camino, 1996; Deschamps, 1982; Doise, 1976, 1991), onde surgem ideologias que justificam as diferenças sociais existentes (Billig, 1985, 1991; Camino, 1988). A ideologia, embora surja nas condições concretas das relações de poder, segue o

conjunto de leis psicológicas que regem os processos cognitivos e afetivos (van Dijk, 1998). Nesta perspectiva, o preconceito pode ser definido como uma forma de relação intergrupar onde, no quadro específico das relações de poder entre grupos, desenvolvem-se e expressam-se atitudes negativas e depreciativas além de comportamentos hostis e discriminatórios em relação aos membros de um grupo por pertencerem a esse grupo (Camino & Pereira, no prelo). Entre os processos cognitivos que se desenvolvem neste tipo de relações sociais, destacam-se a categorização e a construção de estereótipos (Dorai & Deschamps, 1990; Schadron, Morchain & Yzerbyt, 1996; Yzerbyt, Rocher & Schadron 1997).

De que maneira os processos de discriminação se expressam nas teorias do senso comum e nas representações cognitivas? Espera-se que os membros de grupos majoritários, ao categorizarem a si mesmos e os grupos minoritários, apresentem um favoritismo por seu grupo majoritário, atribuindo-lhe mais características positivas e menos traços negativos que aos grupos discriminados (Tajfel, 1978, 1982). No entanto, nos últimos tempos, a indesejabilidade social do preconceito gerou um processo mais refinado de discriminação (Meertens & Pettigrew, 1999). Por exemplo, nos estudos sobre o racismo na Europa e nos Estados Unidos, constatou-se o favoritismo pelo próprio grupo, mas não a discriminação do grupo externo. Ou seja, a norma anti-racista inibiu um dos processos da diferenciação intergrupar – a derrogação do outro grupo –, mas não afetou o outro processo – a manifestação do favoritismo pelo endogrupo (Moscovici & Péres, 1999; Pedersen & Walker, 1997; Vala e cols., 1999). Neste sentido, Pettigrew e Meertens (1995) constataram que o preconceito racial na Europa apresenta-se sob duas formas: aberto e encoberto. O preconceito aberto é constituído por dois fatores: a rejeição a relações de intimidade e a percepção de ameaça econômica. O preconceito encoberto apresenta três componentes: a negação de emoções positivas em relação aos membros do exogrupo; a percepção de que o exogrupo não adere aos valores do trabalho e do sucesso; a acentuação das diferenças culturais. A dimensão emocional foi identificada no preconceito encoberto (Dijker, 1987; Dovidio, Mann & Gaertner, 1989; Smith, 1993), onde as pessoas não sentiram emoções negativas em face do outro grupo, mas expressaram mais emoções positivas em relação ao endogrupo. Combinando a rejeição à intimidade com a expressão emocional, Pettigrew e Mertens (1995) caracterizaram três formas de relações raciais: o preconceito flagrante – alta rejeição à intimidade e negação de emoções positivas; o preconceito sutil – pouca rejeição à intimidade

e negação de emoções positivas; o igualitarismo – baixa rejeição à intimidade e expressão de emoções positivas.

Estudos Sobre o Preconceito Contra Homossexuais

É possível aplicar a tipologia de Pettigrew e Mertens (1995) ao estudo do preconceito contra homossexuais? Partindo do suposto de que a homossexualidade e o preconceito contra homossexuais são construções sócio-históricas (Cantonné, 1994; Costa, 1994, 1995; Foucault, 1984; Liebert, 1989), acredita-se que o estudo das representações sociais que as pessoas têm feito da homossexualidade permitirá entender a existência de diversas formas de preconceito. Assim, faz-se necessário descrever as explicações que têm sido formuladas, durante a história, pelas diversas sociedades dado que, segundo Moscovici (1976), a teoria das representações sociais estuda como as teorias religiosas, filosóficas e científicas são transformadas em visões do senso comum.

Muitas explicações para a homossexualidade têm sido elaboradas. Em algumas civilizações antigas (Grécia e Roma, por exemplo), as relações homoeróticas, principalmente entre homens adultos e jovens, só eram repudiadas quando ameaçavam subverter a hierarquia social da época (Badinter, 1993; Bremmer, 1995; Costa, 1992; Veyne 1986). Foi na tradição judaico-cristã (Greenberg & Bystry, 1982; Spencer, 1996) que essas práticas passaram a ser concebidas como pecaminosas, representando o descumprimento do que se julgava ser a palavra de Deus e a fraqueza do indivíduo diante das tentações demoníacas (Brown 1990; Morici, 1998; Ranke-Heinemann, 1996).

A visão sobre a homossexualidade do mundo ocidental foi influenciada por estas duas visões contraditórias. Foi só a partir do século XIX que a medicina definiu a homossexualidade como uma doença fisiológica causada por distúrbios genéticos ou biológicos. No início do século XX, apesar das atitudes vitorianas prevalecentes na época, a psicanálise introduziu a visão psicológica da homossexualidade, visão esta que é menos moralista (Freud, 1935/1951), embora considere a homossexualidade como um distúrbio no desenvolvimento da sexualidade (Freud, 1905/1972) e, portanto, anormal. Mas deve-se ter em conta que estas novas concepções não substituem as antigas, mas, em algumas circunstâncias, reforçam as concepções tradicionais mais moralistas (Bullough, 1974).

Em meados do século XX, o primeiro relatório *Kinsey* (Kinsey, Pommeroy & Martin, 1948) verificou que práticas homossexuais eram bem mais difundidas que o pensado nos Estados Unidos. Foi nos anos sessenta que apareceram os primeiros movimentos *gay* e que a Associação Americana de Psicologia (APA) afirmou que a homossexualidade não é doença psicológica (American Psychological Association,

1975), negando a existência de causas psicológicas específicas da homossexualidade e situando-a no quadro das orientações sexuais. De fato, esta visão psicossocial da homossexualidade, embora ainda pouco difundida, vinculou-se, nas últimas décadas, a um conjunto de movimentos sociais que lutam pela universalidade dos direitos humanos. Apesar do surgimento destas visões libertárias, continua existindo, no campo da Psicologia, um certo viés heterossexual nas pesquisas e nas práticas psicológicas (Herek, Kimmel, Amaro & Melton, 1991; Morin, 1977, 1978), o que tem levado a APA a elaborar normas para evitar esse viés nas publicações científicas (American Psychological Association, 1991).

No Brasil, até recentemente a Psicologia omitiu-se no processo de retirar o estigma dos homossexuais. Enquanto diversas entidades científicas condenaram a discriminação à homossexualidade e levaram, em 1985, o Conselho Federal de Medicina a não considerar a homossexualidade como doença (Almeida & Crillanovick, 1999), tanto o Conselho Federal de Psicologia (CFP) como outras instituições científicas ou profissionais ligadas à Psicologia não se manifestaram (Camino & Pereira, no prelo). Sem expressar um preconceito explícito contra os homossexuais, boa parte dos psicólogos tratam a homossexualidade como um distúrbio que deve ser assumido ou, se possível, superado.

Mais grave ainda, certas igrejas evangélicas, com a participação ativa de psicólogos, criaram serviços de recuperação de homossexuais (Almeida & Crillanovick, 1999), prometendo o retorno à verdadeira natureza humana. Diante das denúncias feitas pela Associação Brasileira de *Gays*, Lésbicas e Travestis, o Conselho Federal de Psicologia promulgou, em 1999, a Resolução 001 que estabelece, aos psicólogos, normas de atuação em relação ao tema da orientação sexual. Sucintamente, a Resolução considera que a homossexualidade não é doença, nem distúrbio, nem perversão e estabelece que os psicólogos não colaborarão com propostas de tratamento e de cura da homossexualidade. Numa pesquisa sobre a aceitação dessa Resolução, Camino e Pereira (no prelo) constataram que os professores de psicologia que atuam nas áreas social e organizacional concordam que ela representa um avanço na Psicologia, enquanto mais da metade dos que atuam na área clínica discordam da resolução. Além disso, verificaram que a adesão às teorias biológicas da homossexualidade leva a uma atitude negativa frente à Resolução, enquanto a crença num modelo psicossocial relaciona-se com uma atitude positiva. Constataram também que a atitude negativa concentrava-se principalmente nos professores evangélicos e nas mulheres que atuam na área clínica. Esta pesquisa sugeriu que o posicionamento das pessoas em relação aos temas que

envolvem concepções sobre a natureza humana é mediado pelas teorias científicas adotadas por elas (Camino, 1998). Aliás, a relação estreita entre ciência e senso comum está na base da teoria das representações sociais.

Representações Sociais e o Preconceito Contra a Homossexualidade

As representações sociais, posto que traduzem o pensamento do senso comum próprio das sociedades contemporâneas (Jodelet, 1991; Moscovici, 1976), constituem-se em uma forma de conhecimento própria das sociedades industriais e são irredutíveis a qualquer outra forma de conhecimento. Por outro lado, deve-se ter em conta que as representações não são respostas mentais a um estímulo do meio social (noção clássica da representação mental), mas uma construção do significado do meio social, onde estímulo e resposta se formam ao mesmo tempo, sendo o estímulo determinado pela resposta. Neste sentido, as representações constituem-se em uma preparação para a ação, não apenas porque guiam o comportamento, mas porque constroem e remodelam o ambiente em que este comportamento irá ocorrer. Assim, a perspectiva das representações sociais coloca as opiniões e atitudes num contexto diferente da relação mecânica entre sujeito e realidade, contexto onde o sujeito não só reage à realidade, mas a constrói (Farr, 1991, 1995).

Pelo que representa de inovador no campo da Psicologia Social, o conceito de representações sociais vem sendo utilizado na análise de diversos fenômenos sociais. Mas apesar de ter aberto um amplo campo de pesquisas, a abordagem das representações sociais tem recebido inúmeras críticas tanto no que se refere ao seu conceito (Jahoda, 1988; Potter & Linton, 1985) quanto no que concerne às diversas metodologias empregadas (Leyens & Dardenne, 1996). No nível teórico, Camino (1996) e Vala (1996) enfatizaram a necessidade de complementar a teoria das representações sociais com a teoria de Moscovici e Faucheux (1972) sobre a influência social – que mostra o papel ativo das minorias consistentes no processo da influência social – e com a teoria de Tajfel (1982) sobre a identidade social, que coloca o problema da influência social no quadro das relações intergrupais e oferece as bases da formação simbólica dos grupos sociais. Por sua vez, Billig (1988) e Doise (1989) criticaram a maneira como se concebe a natureza consensual das representações sociais. Ambos, embora de maneira diferente, insistem na necessidade de colocar a consensualidade não no conteúdo das representações, mas

nos princípios que dão significado aos aspectos consensuais e divergentes do campo representacional.

Nesta perspectiva, Doise (1990) define as representações sociais como princípios organizadores dos processos simbólicos que são derivados dos posicionamentos específicos dos indivíduos nas relações sociais. Segundo Doise (1986), os princípios organizadores são análogos às dimensões de oposição e hierarquização que Bourdieu (1977) descreve em sua teoria de campo e aos princípios de dicotomia, adaptação, assimilação e sincronia que intervêm na dinâmica da propaganda, da propagação e da difusão (Moscovici, 1976). Neste sentido, Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1993) propuseram o Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais, que avalia três aspectos das representações: a organização do campo representacional; os princípios organizadores das diferenças individuais e a ancoragem social dos princípios organizadores.

Na organização do campo representacional, estudam-se os elementos compartilhados das teorias de senso comum (Moscovici & Hewstone, 1991) que estabelecem o elo conceitual entre cognição e representação social (Augoustinos & Innes, 1990). Pressupõe-se que existe uma percepção compartilhada sobre um objeto social que pode ser derivada de uma definição institucionalizada desse objeto (Doise, 1998; Doise & Herrera, 1994; Spini & Doise, 1998). Contudo, o conceito de princípios organizadores baseia-se na variabilidade das representações e analisa as dimensões subjacentes aos diferentes posicionamentos dos indivíduos na estrutura do campo representacional. A ancoragem social identifica como as pertencas sociais se organizam para definir as representações que as pessoas constroem (Doise, 1992; Wagner, 1995). Doise (1993) destaca três níveis de análise nos estudos da ancoragem: o psicológico, o sociológico e o psicossociológico. A análise psicológica refere-se à ancoragem dos posicionamentos individuais nas atitudes e valores dos indivíduos. No nível sociológico, estuda-se a influência da pertença dos indivíduos a grupos sociais sobre as representações. No nível psicossociológico, a ancoragem pode ser identificada nas teorias que as pessoas usam para explicar a natureza dos grupos sociais.

O Preconceito Contra a Homossexualidade em Universitários de João Pessoa

É com base na abordagem proposta por Doise e colaboradores (1993) que se realizou uma investigação com o objetivo de estudar o preconceito de universitários da cidade de João Pessoa contra homossexuais. Duas dimensões do preconceito foram abordadas: a rejeição à intimidade e a expressão emocional. Num primeiro momento, utilizando-se a expressão do preconceito nestas

duas dimensões, classificaram-se os estudantes de acordo com a tipologia encontrada nos estudos de Pettigrew e Meertens (1995) sobre o racismo (flagrantes, sutis e não preconceituosos). Introduce-se neste estudo uma análise do papel das explicações da homossexualidade no preconceito contra homossexuais. Pretendeu-se confirmar a possibilidade de classificar as diversas explicações em cinco possíveis modelos explicativos da homossexualidade: biológico, psicológico, psicossocial, religioso e ético-moral. As três primeiras foram verificadas por Camino e Pereira (no prelo) no estudo sobre a atitude de professores de psicologia em relação à Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia. A inclusão de explicações religiosas deve-se à influência das concepções religiosas nas orientações sexuais (Greenberg & Bystry, 1982); as ético-morais referem-se à forma pejorativa que a homossexualidade assumiu no discurso cotidiano (Almeida & Crillanovick, 1999). Embora se esperasse verificar a influência da religião (Barret & Barzan, 1996; Hunsberger, 1996) e do sexo (Brandyberry & MacNair, 1996; Hogan & Rentz, 1996; Kempf & Kasser, 1996), acreditava-se que o preconceito estivesse relacionado, sobretudo, às explicações da homossexualidade. Pretende-se, portanto, analisar como a expressão do preconceito ancora-se nas explicações dadas à homossexualidade, no tipo de curso, no sexo e na pertença religiosa dos estudantes.

Método

Participantes

Uma amostra composta por 220 estudantes de uma universidade da cidade de João Pessoa fez parte deste estudo, dos quais 31% identificaram-se como alunos de psicologia, 31% de engenharia civil, 24% de medicina e 14% foram classificados como outros cursos. A idade média dos estudantes é de 21 anos ($dp= 3,98$). Do total, 54% são do sexo feminino, 73% são católicos, 9% evangélicos, 3% espíritas e 15% afirmaram não possuir religião.

Instrumentos

Utilizou-se um questionário que, além dos dados sócio-demográficos (tipo de curso, sexo e religião), continha as seguintes escalas:

Escala de Rejeição à Intimidade: constitui-se em uma adaptação da escala desenvolvida por Pettigrew e Meertens (1995) que avalia os aspectos mais flagrantes do preconceito. Para o estudo do preconceito contra homossexuais utilizou-se cinco itens que descrevem situações do quotidiano relacionadas à rejeição de relações

de intimidade com homossexuais (Tabela 1). Os estudantes indicaram o quanto se sentem incomodados com cada uma dessas situações numa escala variando de 1 (não me incomoda) a 5 (incomoda-me muito).

Escala de Expressão Emocional: com base na escala desenvolvida por Dijker (1987) para avaliar as dimensões emocionais envolvidas no preconceito, elaborou-se uma lista contendo seis emoções, sendo três positivas (admiração, respeito e amor) e três negativas (desprezo, raiva e nojo), onde os estudantes indicam, numa escala variando de 1 (nunca) a 5 (muitas vezes), o quanto já sentiram estas emoções com relação a homossexuais.

Escalas de Explicações da Homossexualidade: elaborou-se um conjunto de itens baseado na escala utilizada por Camino e Pereira (no prelo) para avaliar a adesão de professores de psicologia às explicações da homossexualidade, a qual contém quinze itens relacionados a cinco possíveis causas ou explicações da homossexualidade: a) *Explicações Biológicas:* “As causas da homossexualidade estão relacionadas às disfunções hormonais”, “As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas hereditários” e “As causas da homossexualidade estão relacionadas a problemas de má formação no período da gestação”; b) *Explicações Ético-Morais:* “As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de respeito”, “As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de caráter” e “As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de valores morais no sujeito”; c) *Explicações Religiosas:* “As causas da homossexualidade estão relacionadas ao descumprimento da palavra de Deus”, “As causas da homossexualidade estão relacionadas à falta de fé religiosa” e “As causas da homossexualidade estão relacionadas à fraqueza espiritual”; d) *Explicações Psicológicas:* “As causas da homossexualidade estão relacionadas a abusos sexuais sofridos na primeira infância”; “As causas da homossexualidade estão relacionadas às situações traumáticas vividas na primeira infância” e “As causas da homossexualidade estão relacionadas à má resolução de conflitos com as figuras parentais”; e) *Explicações Psicossociais:* “As causas da homossexualidade não podem ser especificadas pois a sexualidade faz parte da identidade do sujeito, a qual deve ser compreendida na sua totalidade”, “As causas da homossexualidade não possuem uma natureza específica pois a homossexualidade é uma orientação sexual como outra qualquer” e “As causas da homossexualidade não podem ser especificadas pois ela não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão”. A ordem de apresentação destes itens no questionário foi definida através de sorteio. Para cada um deles os estudantes indicaram o seu grau de

concordância numa escala tipo Likert (1970) variando de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente).

Por terem sido construídas para a realização deste estudo, a análise da validade de todas as escalas utilizadas para avaliar o preconceito contra os homossexuais também faz parte deste trabalho. Assim, optou-se por apresentar os seus parâmetros psicométricos na seção dos resultados.

Procedimentos

Os questionários foram respondidos pelos estudantes em salas de aulas definidas através de sorteios. Os sorteios foram realizados com base na grade curricular solicitada aos coordenadores dos cursos. Sorteou-se disciplinas de início, meio e final de curso. Em seguida, solicitou-se a permissão aos professores das disciplinas para as

aplicações dos questionários que duraram de quinze a vinte minutos.

Resultados

A análise dos dados seguiu as indicações propostas no Modelo da Análise Quantitativa das Representações Sociais (Doise e cols., 1993). Num primeiro momento, analisou-se a estrutura fatorial e a fidedignidade das escalas utilizadas no estudo. Neste sentido, a análise fatorial, através do método dos eixos principais, aplicada aos escores atribuídos aos cinco itens usados para avaliar a escala de rejeição à intimidade, mostra (Tabela 1) um único fator com *eigenvalue* superior a 1 que explica 57% da variabilidade total. Além disso, a fidedignidade da escala,

Tabela 1. Cargas Fatoriais, *Eigenvalue*, Variância Explicada e Fidedignidade da Escala de Rejeição à Intimidade

<i>Escala de Rejeição à Intimidade</i>	<i>Cargas Fatoriais</i>
Ter um amigo homossexual assumido	0,85
Ter um homossexual, com as competências adequadas, como chefe	0,84
Ter um homossexual como seu colega de trabalho	0,82
Ver casais homossexuais namorando	0,66
Ter um filho homossexual	0,55
<i>Eigenvalue</i>	2,90
Variância Explicada	57%
Fidedignidade da Escala (Alfa)	0,86

Nota. *Kaiser-Meyer-Olkin* = 0,77; Teste de Esfericidade de *Bartlett* = 636,92; $p < 0,001$

Tabela 2. Cargas Fatoriais, *Eigenvalues*, Variância Explicada e Fidedignidade dos Tipos de Emoções Expressas pelos Estudantes em Relação aos Homossexuais

Emoções	Tipos de Emoções	
	<i>Emoções Negativas</i>	<i>Emoções Positivas</i>
Nojo	0,72	
Raiva	0,72	
Desprezo	0,70	
Admiração		0,77
Respeito		0,59
Amor		0,49
<i>Eigenvalues</i>	1,63	1,32
Variância Explicada	27%	22%
Fidedignidade das Escalas (Alfa)	0,79	0,67

Nota. Apenas as cargas fatoriais superiores a 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*; *Kaiser-Meyer-Olkin* = 0,76; Teste de Esfericidade de *Bartlett* = 597,37; $p < 0,001$.

medida através do coeficiente alfa de Cronbach (1951), é satisfatória ($\alpha = 0,86$), permitindo a construção de um índice de rejeição à intimidade em relação aos homossexuais.

Com relação à expressão emocional, os resultados da análise fatorial (pelo método dos eixos principais com rotação *varimax*) mostram (Tabela 2) a existência de dois fatores com *eigenvalues* superiores a 1, que explicam 49% da variância. O primeiro fator explica 27% da variabilidade e foi formado pelas emoções negativas (nojo, raiva e desprezo). O fator 2, indicado pelas emoções positivas (admiração, respeito e amor), explica 22% da variabilidade. A análise da fidedignidade das escalas mostra alfas de Cronbach (1951) suficientes para que se construam índices de expressão de emoções negativas e positivas em relação aos homossexuais (0,79 e 0,67, respectivamente com $m=0,73$).

Finalmente, a análise fatorial (pelo método dos eixos principais com rotação *varimax*) usada para identificar os tipos de explicações foi calculada fixando, *a priori*, o limite de cinco fatores. Os resultados mostram (Tabela 3) que em

todos os fatores os *eigenvalues* são superiores a 1, explicando 59% da variância. O primeiro fator, que explica 14% da variabilidade, reuniu as explicações ético-morais. O fator 2, que inclui referências religiosas, explica 13% da variabilidade. O terceiro fator explica 12% da variância e, sendo formado pelos itens que não atribuem causas determinadas à homossexualidade, foi chamado de psicossocial. O quarto fator, que explica 11% da variância, reuniu as explicações psicológicas. Finalmente, o quinto fator, que explica 9% da variabilidade, é constituído pelas explicações biológicas. A análise da fidedignidade das escalas mostra alfas (0,89; 0,81; 0,76; 0,73 e 0,62, respectivamente com $m=0,76$) que permitem a construção de índices de adesão dos estudantes aos cinco tipos de explicações obtidos.

Após a análise das diversas escalas com a confirmação de sua estrutura teórica e de sua fidedignidade, interessou classificar o posicionamento dos estudantes nessas escalas. Para este objetivo, seguindo o raciocínio de Aldenderfer e Blashfield (1984), aplicou-se a Análise Hierárquica de Aglomerados (*Clusters*) para indivíduos aos escores dos

Tabela 3. Cargas Fatoriais, *Eigenvalues*, Variância Explicada e Fidedignidade das Escalas de Explicações da Homossexualidade

Explicações	Tipos de Explicações da Homossexualidade				
	Ético-Moral	Religiosa	Psicossocial	Psicológica	Biológica
Falta de caráter	0,85				
Falta de valores morais	0,80				
Falta de respeito	0,55				
Descumprimento da palavra de Deus		0,90			
Falta de fé religiosa		0,77			
Fraqueza espiritual		0,47			
Deve ser compreendida na totalidade			0,77		
Orientação sexual			0,64		
Não é doença, nem distúrbio			0,60		
Traumas na primeira infância				0,95	
Abusos sexuais na infância				0,58	
Conflitos com os pais				0,57	
Hereditariedade					0,80
Disfunções hormonais					0,53
Problemas na gestação					0,49
<i>Eigenvalues</i>	2,1	2,0	1,7	1,6	1,3
Variância Explicada	14%	13%	12%	11%	9%
Fidedignidade das Escalas (Alfas)	0,89	0,81	0,76	0,73	0,62

Nota. Apenas as cargas fatoriais superiores 0,40 são apresentadas após a rotação *varimax*; *Kaiser-Meyer-Olkin* = 0,77; Teste de Esfericidade de *Bartlett* = 1,332,96; $p < 0,001$.

estudantes nas escalas de rejeição à intimidade e de expressão de emoções positivas e negativas. Utilizando-se o método de Ward (1963) para a construção dos aglomerados, esta análise classificou os estudantes em três grupos de sujeitos. A interpretação desses grupos deu-se

através da comparação, através da Análise de Variâncias (ANOVA), das médias de adesão às três escalas utilizadas (Tabela 4). Os resultados das ANOVAS revelam que todas as diferenças entre os grupos são significativas: $F_{\text{Emoções Negativas}}(2/216) = 93,9, p < 0,001$; $F_{\text{Emoções Positivas}}(2/216) =$

Tabela 4. Frequências, Porcentagens e Médias da Adesão dos Grupos de Estudantes que Foram Definidos pela Análise Hierárquica de Aglomerados nas Escalas de Expressão Emocional e Rejeição à Intimidade em Relação aos Homossexuais

	Grupos de Indivíduos Definidos pela Análise Hierárquica de Aglomerados		
	1	2	3
<i>N</i>	54	83	83
%	24%	38%	38%
<i>Designação do Grupo</i>	<i>Não Preconceituosos</i>	<i>Sutis</i>	<i>Flagrantes</i>
<i>Escalas de:</i>			
Emoções Negativas	1,2 _c	2,0 _b	3,3 _a
Emoções Positivas	3,8 _a	2,6 _b	1,9 _c
Rejeição à Intimidade	1,5 _c	2,5 _b	4,1 _a

Nota. Dentro de cada sessão de linhas, as médias que não compartilham o mesmo subscrito são diferentes a $p < 0,05$ no teste de *Scheffé*. A rejeição à intimidade varia de 1 (não me incomoda) a 5 (incomoda-me muito). A expressão de emoções positivas e negativas também varia de 1 (nunca) a 5 (muitas vezes).

Tabela 5. Resultados das Funções Discriminantes Aplicadas aos Três Grupos de Estudantes (Não Preconceituosos, Sutis e Flagrantes)

	Matriz de Correlações	
	Função 1	Função 2
<i>Variáveis Sócio-demográficas</i>		
Sexo	0,42***	-0,21**
Religião Católica	0,04	-0,10
Religião Evangélica	-0,05	-0,06
Religião Espírita	-0,08	0,02
Tipo de Curso: Psicologia	0,41***	0,65***
Medicina	-0,08	-0,22**
Engenharia Civil	-0,28***	-0,04
<i>Explicações da Homossexualidade</i>		
Ético-Morais	-0,78***	0,30***
Religiosas	-0,27***	0,04
Psicossociais	0,49***	0,65***
Psicológicas	0,06	-0,12*
Biológicas	0,09	-0,28***
<i>Grupos de Estudantes</i>		
	Centróides	
Não Preconceituosos ($n = 54$)	1,43	0,37
Preconceituosos Sutis ($n = 83$)	0,42	-0,38
Preconceituosos Flagrantes ($n = 83$)	-1,31	0,13

Nota. Na variável sexo atribuiu-se os valores 0 para os homens e 1 para as mulheres. O tipo de curso e a pertença religiosa são *dummy variables*, sendo 1 representando a pertença e 0 a não pertença. * $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$ (Unicoldal).

85,3; $p < 0,001$; $F_{\text{Rejeição à Intimidade}}(2/216) = 366,9$; $p < 0,001$. Assim, o grupo 1, constituído por 24% dos estudantes, foi constituído pelos não preconceituosos, uma vez que expressam poucas emoções negativas ($m = 1,2$), muitas emoções positivas ($m = 3,8$) e são os que menos aderem à escala de rejeição à intimidade ($m = 1,5$). O grupo 2, formado por 38% dos estudantes, reuniu os preconceituosos sutis, pois embora expressem poucas emoções negativas ($m = 2,0$), também expressam poucas emoções positivas ($m = 2,6$) e situam-se abaixo da média na escala de rejeição à intimidade ($m = 2,5$). Finalmente, o grupo 3 contém 38% dos estudantes, sendo composto pelos preconceituosos flagrantes, expressa muitas emoções negativas ($m = 3,3$), poucas emoções positivas ($m = 1,9$) e alta adesão à escala de rejeição à intimidade ($m = 4,1$).

Uma vez definidos os três grupos de estudantes, analisou-se como a adesão às cinco explicações da homossexualidade e às características sócio-demográficas ancoram o tipo de preconceito apresentado pelos estudantes. Para tanto, aplicou-se uma Análise de Funções Discriminante utilizando-se, como grupos centróides, os três grupos de estudantes (não preconceituosos, sutis e flagrantes) classificados na Análise Hierárquica de Aglomerados e, como variáveis independentes, as características sócio-demográficas (sexo, pertença religiosa e tipo de curso) e a adesão dos estudantes às cinco explicações da homossexualidade (ético-moral, religiosa, psicossocial, psicológica e biológica). Os resultados (Tabela 5) mostram a estrutura das matrizes de correlações entre as variáveis discriminantes e as funções canônicas – o procedimento mais apropriado para se obter a medida de associação das variáveis com as funções (Klecka, 1980).

A primeira função, que explica 93% da variância (correlação canônica = 0,74; $\lambda = 0,42$; $p < 0,001$), indica uma representação constituída pelas explicações ético-morais e religiosas, próprias dos alunos de engenharia, que se correlacionam negativamente com as explicações psicossociais que são próprias das mulheres

e dos estudantes de psicologia. A segunda função explica 7% da variância (correlação canônica = 0,31; $\lambda = 0,90$; $p < 0,001$), sendo formada por uma representação constituída por explicações psicossociais e ético-morais dadas por alunos de psicologia, que se correlacionam negativamente com as explicações biológicas e psicológicas próprias dos alunos de medicina e das mulheres. A ancoragem social, analisada pela relação entre os grupos centróides e as funções discriminantes, mostra, na primeira função, que o grupo dos preconceituosos flagrantes está ligado aos estudantes de engenharia que dão explicações ético-morais e religiosas e que discordam das explicações psicossociais, enquanto o grupo dos não preconceituosos e o dos preconceituosos sutis vinculam-se às mulheres e aos estudantes de psicologia que dão explicações psicossociais e discordam das explicações ético-morais e religiosas. Na segunda função, o grupo dos não preconceituosos vincula-se aos estudantes de psicologia que aderem às explicações psicossociais e ético-morais e se opõem às explicações biológicas e psicológicas, enquanto o grupo dos preconceituosos sutis liga-se aos estudantes de medicina e às mulheres que dão explicações biológicas e psicológicas e discordam das explicações psicossociais e ético-morais. Nas duas funções não foram observadas relações significativas entre a pertença religiosa e o tipo de preconceito apresentado pelos estudantes. A análise da classificação correta dos estudantes em cada um dos grupos (Tabela 6) mostra a eficácia das funções derivadas das variáveis utilizadas na análise, 70% dos casos foram classificados corretamente pelas funções, sendo que a maior percentagem de casos corretamente definidos foi no grupo dos flagrantes (79%), seguido pelos sutis (68%) e pelos não preconceituosos (64%).

Discussão

Neste artigo, analisa-se o preconceito contra homossexuais em universitários da cidade de João Pessoa a partir de dois aspectos: a rejeição à intimidade e a expressão

Tabela 6. Matriz de Classificação (*Confusion Matrix*) dos Indivíduos Discriminados Corretamente e Incorretamente pelas Funções Discriminante

	N	Classificação dos Casos		
		Não Preconceituosos	Sutis	Flagrantes
Não Preconceituosos	54	64%	36%	0%
Sutis	83	16%	68%	16%
Flagrantes	83	0%	21%	79%

A Porcentagem Total de Casos Classificados Corretamente é Igual a 70%

Nota. A porcentagem de classificação correta para cada grupo está impressa na diagonal da Tabela.

de emoções positivas e negativas. Além disso, investiga-se a ancoragem social desse preconceito nas explicações da homossexualidade e na pertença dos estudantes a categorias sociais, como o tipo de curso, o sexo e a religião freqüentada por eles. Acredita-se que a abordagem adotada nesta investigação responde às críticas sobre a imprecisão conceitual (Jahoda, 1988; Potter & Litton, 1985) e metodológica (Leyens & Dardenne, 1996) que a perspectiva das representações sociais vem recebendo. A abordagem empregada apoia-se no Modelo da Análise Quantitativa dessas representações proposto por Doise e colaboradores (1993).

Na primeira fase da análise, são apresentados os parâmetros psicométricos das diversas escalas utilizadas, com base nos quais construiu-se indicadores do preconceito contra homossexuais. O primeiro indicador, a rejeição à intimidade, embora tenha sido usado nas pesquisas sobre o preconceito racial (Pettigrew & Meertens, 1995; Vala e cols., 1998, 1999), ainda não havia sido avaliada a sua aplicabilidade ao estudo do preconceito em relação à homossexualidade no contexto paraibano. No que se refere à expressão de emoções positivas e negativas, os resultados da análise fatorial mostraram que esses dois tipos de expressão emocional são utilizados pelos estudantes para organizarem os seus afetos em relação aos homossexuais.

A classificação dos estudantes nas três características do preconceito, revelada pelos resultados da Análise Hierárquica de Aglomerados, está de acordo com as hipóteses levantadas. Tal como nos estudos de Pettigrew e Meertens (1995) sobre o preconceito racial, o posicionamento dos estudantes nos indicadores do preconceito permite classificá-los em três grupos: flagrantes, sutis e não preconceituosos. O grupo dos preconceituosos flagrantes foi constituído pelos estudantes com alta pontuação na escala de rejeição à intimidade que expressaram muitas emoções negativas e poucas emoções positivas. Este tipo de indivíduos corresponde aos que são objeto de estudo nas pesquisas clássicas sobre o preconceito, os estereótipos e a discriminação (Allport, 1954; Tajfel, 1972; 1982). Os preconceituosos sutis, embora apresentem pouca rejeição à intimidade e expressem uma quantidade baixa de emoções negativas, negam a expressão de emoções positivas, não contrariando de maneira explícita as normas anti-preconceituosas (Vala e cols., 1998). Os não preconceituosos apresentaram baixa rejeição à intimidade, pouca expressão de emoções negativas e expressão de muitas emoções positivas, o que permite aproximá-los aos indivíduos igualitários identificados nos estudos sobre o preconceito racial (Meertens & Pettigrew, 1999).

Do total de estudantes analisados, mais de três quartos deles foram classificados como preconceituosos, sendo metade flagrante e metade sutil. Este dado corrobora o fato do Brasil ser, ao nível mundial, um dos líderes no *ranking* dos assassinatos de homossexuais e onde jovens com idade entre 14 e 20 anos consideram um delito mais grave a depredação de orelhões, placas de sinalização ou pixações do que a humilhação impingida aos homossexuais quando discriminados (Waiselfisz, 1998). Entretanto, o resultado parece contrariar o postulado principal das teorias sobre as novas formas de expressão do preconceito (Gaertner & Dovidio, 1986; Katz & Hass, 1988; Kinder & Sears, 1981; MacConahay, 1983; Pettigrew & Meertens, 1995). Segundo essas teorias, as sociedades ocidentais criaram normas, baseadas nas Declarações dos Direitos Humanos, que coíbem a discriminação explícita de grupos minoritários, favorecendo o aparecimento de um tipo menos aberto de preconceito – o sutil (Meertens & Pettigrew, 1999; Vala e cols., 1999) –, que se apresenta com mais freqüência do que o preconceito clássico – o flagrante. Contudo, na pesquisa aqui apresentada, a quantidade de preconceituosos sutis é a mesma dos flagrantes; não se pode, porém, afirmar que esta diferença deva-se ao fato de serem grupos-alvos distintos (negros ou homossexuais), ou que é porque as normas anti-preconceituosas ainda não foram amplamente assimiladas pelos estudantes universitários de João Pessoa. Acredita-se que novos estudos sobre racismo e homofobia, tanto com amostras maiores envolvendo universitários de outras Regiões do país quanto com população geral, poderão esclarecer melhor essa questão.

No que se refere às explicações da homossexualidade, constatou-se que os estudantes organizaram seu posicionamento de acordo com os cinco tipos de explicações identificados na literatura sobre a história da sexualidade (Bremmer, 1995; Brown 1990; Cantonné, 1994; Costa, 1992; Freud, 1905; Greenberg & Bystry, 1982; Liebert 1989; Morici 1998), o que traduz a característica das representações sociais de transformar um saber científico ou filosófico em teorias de senso comum (Hewstone, 1989; Moscovici, 1976; Moscovici & Hewstone, 1991). As explicações ético-morais reuniram as crenças de que a homossexualidade está relacionada à falta de caráter, de respeito e de valores morais do sujeito. As explicações religiosas colocaram o homossexual como uma pessoa que não segue a palavra de Deus e que é fraca espiritual e religiosamente para resistir às tentações. As explicações psicossociais foram constituídas pela crença de que a homossexualidade não é doença e que deve ser compreendida em sua totalidade pois se trata de uma orientação sexual como outra qualquer. As explicações

psicológicas foram formadas pela crença de que a homossexualidade está relacionada, sobretudo, aos traumas sexuais vividos na primeira infância. Finalmente, as explicações biológicas fundamentaram-se numa avaliação da homossexualidade como uma doença provocada por distúrbios de natureza fisiológica, hormonal ou gestacional.

A análise da ancoragem social da classificação dos estudantes nas dimensões do preconceito aponta para o fato de que os processos de exclusão social podem ser sustentados por teorias científicas ou de senso comum adotadas na sociedade (Camino, 1998). Realmente, as variáveis que mais contribuem para a ancoragem social do preconceito dos estudantes contra os homossexuais são as explicações atribuídas à homossexualidade. Como mostra a primeira função discriminante, os não preconceituosos e os sutis são constituídos, sobretudo, pelas estudantes de psicologia que concordam com as explicações psicossociais e discordam das ético-morais e das religiosas. De fato, uma porcentagem expressiva (36%) dos não preconceituosos apresenta um perfil semelhante ao dos sutis, pois esta primeira função os situa no mesmo polo, diferenciando-os dos flagrantes. O grupo dos preconceituosos flagrantes apresenta-se constituído mais por estudantes de engenharia civil que concordam com as explicações religiosas e ético-morais e discordam das psicossociais.

A segunda função discriminante diferencia os não-preconceituosos dos preconceituosos sutis. Assim, enquanto a representação que os não preconceituosos têm da homossexualidade apresenta-se formada por explicações psicossociais próprias dos alunos de psicologia, o grupo dos preconceituosos sutis, mesmo discordando das ético-morais, apresentou-se constituído pelas estudantes de medicina que explicam a homossexualidade a partir de explicações biológicas e psicológicas. Esses dados mostram que, apesar de existir uma norma de racionalidade forte entre os alunos de medicina e entre as mulheres, colocando-os contra posicionamentos explicitamente preconceituosos, as teorias adotadas e divulgadas por eles podem contribuir com práticas discriminatórias, pois colaboram com a manutenção de uma representação social do homossexual como portador de alguma doença que precisa ser curada, seja ela biológica ou psicológica.

A influência do sexo, constatada nas duas funções, corrobora os resultados das pesquisas em que as mulheres apresentam índices de preconceito inferiores aos dos homens (Brandyberry & MacNair, 1996; Hogan & Rentz, 1996). Embora a pesquisa sobre a aceitação da Resolução do Conselho Federal de Psicologia (Camino & Pereira, no prelo) apresente resultados divergentes destes,

confirmam a influência da abordagem teórica adotada pelas pessoas sobre os processos de exclusão social (Camino, 1998), uma vez que as professoras que atuavam na área clínica apresentaram uma atitude negativa diante dessa Resolução. Contudo, parece que o sexo desempenha um papel peculiar na construção de uma representação preconceituosa dos homossexuais, tal como mostrou a investigação de Kempf e Kasser (1996), onde estudantes universitários foram menos preconceituosos em relação à homossexualidade feminina. Contudo, além do estudo da influência do tipo de sexo dos indivíduos, mereceria analisar, em novas investigações, a função que os diferentes papéis sexuais femininos (DeSouza, Baldwin & Rosa, 2000), a classe social e as relações de poder interpessoal (Pyke, 1996) desempenham no desenvolvimento da homofobia. Uma hipótese que será submetida à prova em novos estudos desenvolvidos na Paraíba assume que o caráter eminentemente depreciativo da homossexualidade masculina deva-se ao fato dessa homossexualidade ser considerada como um desvio de uma norma cultural desenvolvida por uma sociedade machista que construiu uma imagem do homem como hierarquicamente superior à mulher, cuja honra é ferida quando o indivíduo (macho) passa a adotar características femininas. Esta hipótese coloca a análise do preconceito contra homossexuais no quadro das relações de poder entre grupos.

Referências

- Abrams, D. & Hogg, M. (1990). *Social identity theory: Constructive and critical advanced*. New York: Harvester-Wheatsheaf.
- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswik, E., Levinson, D. & Sanford, R. N. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper & Row.
- Aldenderfer, M. S. & Blashfield, R. K. (1984). *Cluster Analysis*. Beverly Hills: Sage.
- Allport, G. (1954). *The nature of prejudice*. Cambridge: Addison-Wesley.
- Almeida, L. M. & Crillanovick, Q. (1999). A cidadania e os direitos humanos de gays, lésbicas e travestis no Brasil. Em D. D. Oliveira, R. B. Lima, S. A. Santos & T. L. D. Tosta (Orgs.), *50 anos depois: Relações raciais e grupos socialmente segregados* (pp. 167-183). Goiânia: MNDH.
- American Psychological Association (1975). Minutes of the Council of Representatives. *American Psychologist*, 30, 620-651.
- American Psychological Association (1991). Avoiding heterosexual bias in language. *American Psychologist*, 46, 973-974.
- Augustinos, M. & Innes, J. M. (1990). Towards an integration of social representations and social schema theory. *British Journal of Social Psychology*, 29, 213-231.
- Badinter, E. (1993). *XY: Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Barret, R. & Barzan, R. (1996). Spiritual experiences of gay men and lesbians. *Counseling and Values*, 41, 4-15.
- Billig, M. (1985). Prejudice, categorization and particularization: From a perceptual to a rhetorical approach. *European Journal of Social Psychology*, 15, 79-103.
- Billig, M. (1988). Social representation, objectivation and anchoring: A rhetorical analysis. *Social behavior*, 3, 1-16.

- Billig, M. (1991). *Ideology and opinions: Studies in rhetorical psychology*. London: Sage.
- Bourdieu, P. (1977). La production de la croyance. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 13, 3-43.
- Brandyberry, L. J. & MacNair, R. R. (1996). The content and function of attitudes toward AIDS. *Journal of College Student Development*, 37, 335-346.
- Bremmer, J. (1995). Pederastia grega e homossexualismo moderno. Em J. Bremmer (Org.), *De Safo a Sade: Momentos na história da sexualidade* (pp. 11-26). Campinas: Papirus.
- Brown, P. (1990). *Corpo e sociedade: O homem, a mulher e a renúncia sexual no início do cristianismo*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Browser, B. P. (1995). Introduction: The global community, racism and anti-racism. Em B. P. Browser (Org.), *Racism and anti-racism in world perspective* (pp. 1-10). London: Sage.
- Bullough, V. L. (1974). Homosexuality and the medical model. *Journal of Homosexuality*, 1, 99-110.
- Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42.
- Camino, L. (1998). Direitos humanos e psicologia. Em Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (Org.), *Psicologia, ética e direitos humanos* (pp. 39-63). Brasília: CFP.
- Camino, L. & Pereira, C. (no prelo). O papel da Psicologia na construção dos direitos humanos: Análise das teorias e práticas psicológicas na discriminação do homossexualismo. Em F. Guimarães (Org.), *A interdisciplinaridade em questão*. Campina Grande: UEPB.
- Cantonné, J. P. (1994). *A sexualidade, ontem e hoje*. São Paulo: Cortez.
- Conselho Federal de Psicologia (1999). *Resolução 001/1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual*. Brasília: CFP.
- Costa, J. F. (1992). *A inocência e o vício: Estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Costa, J. F. (1994). *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Costa, J. F. (1995). *A face e o verso: Estudos sobre o homoerotismo II*. São Paulo: Escuta.
- Cronbach, L. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika*, 16, 297-334.
- Deschamps, J. C. (1982). Social identity and relations of power between groups. Em H. Tajfel (Org.), *Social identity and intergroup relations* (pp. 85-98). Cambridge: Cambridge University.
- DeSouza, E. R., Baldwin, J. & Rosa, F. H. (2000). A construção social dos papéis sexuais femininos. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 13, 485-496.
- Dijker, A. J. M. (1987). Emotional reactions to ethnic minorities. *European Journal of Social Psychology*, 17, 305-325.
- Doise, W. (1976). *L'articulation psychosociologique et les relations entre groupes*. Bruxelles: De Boeck.
- Doise, W. (1982). *L'explication en psychologie sociale*. Paris: PUF.
- Doise, W. (1986). Les représentations sociales: Définition d'un concept. Em W. Doise & A. Palmonari (Orgs.), *L'étude des représentations sociales* (pp. 82-95). Paris: Delachaux et Niestlé.
- Doise, W. (1989). Attitudes et représentations sociales. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 220-238). Paris: PUF.
- Doise, W. (1990). Les représentations sociales. Em R. Ghiglione, C. Bonnet & J. F. Richard (Orgs.), *Traité de psychologie cognitive 3: Cognition, représentation, communication* (pp. 111-174). Paris: Dunod.
- Doise, W. (1991). Las relaciones entre grupos. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social* (Vol. 1, pp. 307-332). Barcelona: Paidós.
- Doise, W. (1992). L'ancrage dans les études sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychologie*, 45, 198-195.
- Doise, W. (1993). Debating social representations. Em G. M. Breakwill & D. V. Canter (Orgs.), *Empirical approaches to social representations* (pp. 157-170). London: Academic Press.
- Doise, W. (1998). Social psychology and human rights. *European Review*, 6, 349-355.
- Doise, W., Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hempel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.
- Doise, W. & Herrera, M. (1994). Declaration universelle et représentations sociales des droits de l'homme: Une étude à Genève. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 4, 87-107.
- Dorai, M. & Deschamps, J. C. (1990). Adresse-t-on les mêmes stéréotypes aux enfants et aux adultes de même groupe ethnique? *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 3, 575-590.
- Dovidio, J. F., Mann, J. A. & Gaertner, S. L. (1989). Resistance to affirmative action: The implications of aversive racism. Em F. A. Blanchard & F. J. Crosby (Orgs.), *Affirmative action in perspective* (pp. 83-102). New York: Springer-Verlag.
- Farr, R. (1991). Las representaciones sociales. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social* (Vol. 2, pp. 495-506). Barcelona: Paidós.
- Farr, R. (1995). Representações sociais: A teoria e sua história. Em P. Guareschi & S. Jovchelovitch (Orgs.), *Textos em representações sociais* (pp. 31-59). Petrópolis: Vozes.
- Fiske, S. & Taylor, S. (1991). *Social cognition*. New York: McGraw-Hill.
- Foucault, M. (1984). *A história da sexualidade II: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal.
- Frank, D. J. & McEneaney, E. H. (1999). The individualization of society and the liberalization of states policies on same-sex sexual relations, 1984-1995. *Social Forces*, 77, 911-944.
- Freud, S. (1935/1951). A letter from Freud (April 9, 1935). *American Journal of Psychiatry*, 107, 163-169.
- Freud, S. (1905/1972). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (J. Salomão, Trad.). Em J. Salomão (Org.), *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. 7, pp. 123-250). Rio de Janeiro: Imago.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. Em J. F. Dovidio & S. L. Gaertner (Orgs.), *Prejudice, discrimination and racism* (pp. 61-89). New York: Academic Press.
- Greenberg, D. F. & Bystry, M. (1982). Christian intolerance of homosexuality. *American Journal of Sociology*, 88, 515-548.
- Hamilton, D. L. (1979). A cognitive-attributional analysis of stereotyping. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 12, pp. 53-84). New York: Academic Press.
- Herek, G. M., Kimmel, D. C., Amaro, H., & Melton, G. B. (1991). Avoiding heterosexist bias in psychological research. *American Psychologist*, 46, 957-963.
- Hewstone, M. (1989). Représentations sociales et causalité. Em D. Jodelet (Org.), *Les représentations sociales* (pp. 252-274). PUF.
- Hewstone, M. (1990). The ultimate attribution error? A review of the literature on intergroup causal attribution. *European Journal of Social Psychology*, 20, 311-335.
- Hogan, T. & Rentz, A. (1996). Homophobia in the academy. *Journal of College Student Development*, 37, 309-314.
- Hogg, M. & Abrams, D. (1988). *Social identification: A social psychology of intergroup relations and group processes*. London: Routledge.
- Hovland, C. I. & Sears, R. R. (1940). Minor studies in aggression VI: Correlation of lynching with economic indices. *Journal of Personality*, 9, 301-310.
- Hunsberger, B. (1996). Religious fundamentalism, right-wing authoritarianism and hostility toward homosexuals in non-Christian religious groups. *International Journal for the Psychology of Religion*, 6, 39-49.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 198-209.
- Jodelet, D. (1991). La representación social: Fenómenos, concepto y teoría. Em S. Moscovici (Org.), *Psicología social* (Vol. 2, pp. 469-494). Barcelona: Paidós.
- Katz, I. & Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of the cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.
- Kemph, B. T. & Kasser, T. (1996). Effects of sexual orientation of interviewer on expressed attitudes toward male homosexuality. *Journal of Social Psychology*, 136, 401-403.
- Kinder, D. R. & Sears, D. O. (1981). Prejudice and politics: Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of Personality and Social Psychology*, 40, 414-431.

- Kinsey, A. C., Pommeroy, W. B. & Martin, C. E. (1948). *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia: W. B. Saunders.
- Klecka, W. R. (1980). *Discriminant analysis*. Beverly Hills: Sage.
- Leyens, J. P. & Dardenne, B. (1996). Basic concepts and approaches in social cognitions. Em M. Hewstone, W. Stroebe & G. M. Sterphenson (Orgs.), *Introduction to social psychology: An european perspective* (pp. 109-134). Oxford: Blackwell.
- Liebert, R. S. (1989). A história da homossexualidade masculina da Grécia antiga até a Renascença: Implicações para a teoria psicanalítica. Em G. I. Fogel, F. M. Lane & R. S. Liebert (Orgs.), *Psicologia masculina: Novas perspectivas psicanalíticas* (pp. 161-188). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Likert, R. (1970). The technique for the measurement of attitudes. Em G. F. Summers (Org.), *Attitude measurement* (pp. 149-158). London: Kershaw.
- Markus, H. & Zajonc, R. B. (1985). The cognitive perspective in social psychology. Em G. Lindzey & E. Aronson (Orgs.), *The handbook of social psychology* (Vol. 1, pp. 137-230). New York: Random House.
- Martínez, M. C. (1996). *Análisis psicosocial del prejuicio*. Madrid: Síntesis.
- McConahay, J. B. (1983). Modern racism and modern discrimination. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 9, 551-558.
- McConahay, J. B., Hardee, B. & Batts, V. (1981). Has racism declined in America? It depends upon who is asking and what is asked. *Journal of Conflict Resolution*, 25, 563-579.
- Meertens, R. & Pettigrew, T. (1999). Será o racismo sutil mesmo racismo? Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 11-29). Oeiras: Celta.
- Morici, S. (1998). Homossexualidade: Um lugar na história da intolerância social, um lugar na clínica. Em R. B. Granã (Org.), *Homossexualidade: Formulações psicanalíticas atuais* (pp. 147-171). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Morin, S. F. (1977). Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality. *American Psychologist*, 32, 629-637.
- Morin, S. F. (1978). Psychology and the gay community: An overview. *Journal of Social Issues*, 34, 1-6.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. & Faucheux, C. (1972). Social influence, conformity bias and the study of active minorities. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 6, pp. 150-202). New York: Academic Press.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1991). De la ciencia al sentido comum. Em S. Moscovici (Org.), *Psicologia social* (Vol. 2, pp. 679-710). Barcelona: Paidós.
- Moscovici, S. & Péres, J. (1999). A extraordinária resistência das minorias à pressão das maiorias: O caso dos ciganos. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 103-119). Oeiras: Celta.
- Mummendey, A. & Wenzel, M. (1999). Social discrimination and tolerance in intergroup relations: Reactions to intergroup difference. *Personality and Social Psychology Review*, 3, 158-174.
- Oliveira, D. D., Lima, R. B. & Santos, S. A. (1999). A cor do medo: O medo da cor. Em D. D. Oliveira, E. C. Geraldés, R. B. Lima & S. A. Santos (Orgs.), *A cor do medo* (pp. 37-60). Brasília: UNB.
- Pedersen, A. & Walker, I. (1997). Prejudice against Australian Aborigines: Old fashioned and modern forms. *European Journal of Social Psychology*, 27, 561-587.
- Pettigrew, T. F. (1979). The ultimate attribution error: Extending Allport's cognitive analysis of prejudice. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 5, 461-476.
- Pettigrew, T. F. & Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Potter, J. & Linton, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81-90.
- Pyke, K. D. (1996). Class-based masculinities: The interdependence of gender, class, and interpersonal power. *Gender & Society*, 10, 527-549.
- Ranke-Heinemann, U. (1996). *Eunucos pelo reino de Deus: Mulheres, sexualidade e a Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Record.
- Rokeach, M. (1960). *The open and closed mind*. New York: Basic Books.
- Ross, L. (1977). The intuitive psychologist and his shortcomings. Distortions in the attribution process. Em L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 10, pp. 174-221). New York: Academic Press.
- Santos, I. A. A. (1999). Discriminação: Uma questão de direitos humanos. Em D. D. Oliveira, R. B. Lima, S. A. Santos & T. L. D. Tosta (Orgs.), *50 anos depois: Relações raciais e grupos socialmente segregados* (pp. 54-74). Goiânia: MNDH.
- Schadron, G., Morchain, P. & Yzerbyt, V. (1996). Le rôle de la fonction explicative dans la genèse des stéréotypes. *Les Cahiers Internationaux de Psychologie Sociale*, 31, 11-23.
- Schaller, M. (1991). Social categorization and the formation of group stereotypes: Further evidence for biased information processing in the perception of group-behavior correlations. *European Journal of Social Psychology*, 21, 25-35.
- Smith, E. R. (1993). Social identity and social emotions: Toward new conceptions of prejudice. Em D. M. Mackie & D. L. Hamilton (Orgs.), *Affect, cognition and stereotyping: Interactive processes in group perception* (pp. 297-315). San Diego: Academic Press.
- Spencer, C. (1996). *Homossexualidade: Uma história*. Rio de Janeiro: Record.
- Spini, D. & Doise, W. (1998). Organizing principles of involvement in human right and their social anchoring in values priorities. *European Journal of Social Psychology*, 28, 603-622.
- Tajfel, H. (1972). La catégorisation sociale. Em S. Moscovici (Org.), *Introduction à la psychologie sociale* (Vol. 1, pp. 272-302). Paris: Larousse.
- Tajfel, H. (1978). The psychological structure of intergroup relations. Em H. Tajfel (Org.), *Differentiations between social group* (pp. 27-98). Londres: Academic Press.
- Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Tajfel, H., Flament, C., Billig, M. & Bundy, R. (1971). Social categorization and intergroup behavior. *European Journal of Social Psychology*, 1, 149-178.
- Vala, J. (1996). As representações sociais no quadro dos paradigmas e metáforas da psicologia social. Em L. Camino (Org.), *O conhecimento do outro e a construção da realidade social: Uma análise da percepção e da cognição social* (pp. 121-159). João Pessoa: Editora Universitária.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1998). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Vala, J., Brito, R. & Lopes, D. (1999). O racismo flagrante e o racismo sutil em Portugal. Em J. Vala (Org.), *Novos racismos: Perspectivas comparativas* (pp. 31-59). Oeiras: Celta.
- van Dijk, T. (1988). Social cognition, social power and social discourse. *Text*, 8, 129-157.
- Veyne, P. (1986). A homossexualidade em Roma. Em P. Aiès & A. Béjin (Orgs.), *Sexualidade Ocidentais* (pp. 39-49). São Paulo: Brasiliense.
- Wagner, W. (1995). Social representations, group affiliation and projection: Knowing the limits of validity. *European Journal of Social Psychology*, 25, 27-40.
- Waiselfisz, J. (1998). *Juventude, violência e cidadania: Os jovens de Brasília*. Brasília: Cortez.
- Ward, J. H. (1963). Hierarchical grouping to optimize an objective function. *Journal of American Association*, 58, 236-244.
- Wittenbrink, B., Judd, C. M. & Park, B. (1997). Evidence for racial prejudice at the implicit level and its relationship with questionnaire measures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 72, 262-274.
- Yzerbyt, V., Rocher, S. & Schadron, G. (1997). Stereotypes as explanations: A subjective essentialistic view of group perception. Em R. Spears, P. Oakes, N. Ellemers & S. Haslam (Orgs.), *The social psychology of stereotyping and group life* (pp. 20-50). Oxford: Blackwell.

Recebido: 12/02/2001

Revisado: 10/06/2001

Aceito: 16/08/2001

Sobre os autores

Marcos Lacerda é Psicólogo, Especialista em Teoria Psicanalítica, Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desenvolve trabalhos em clínica Psicanalítica e pesquisas sobre Processos de Exclusão Social.

Cícero Pereira é Psicólogo, Mestre em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e professor do Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás. Desenvolve pesquisas sobre Valores, Comportamento Político, Direitos Humanos e Processos de Exclusão Social.

Leoncio Camino é Doutor em Psicologia pela Universidade Católica de Louvain (Bélgica), professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal da Paraíba e Coordenador do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político da UFPB. É membro da Comissão de Direitos Humanos do CFP e desenvolve pesquisas sobre Direitos Humanos, Processos de Exclusão Social e Comportamento Político.